

Acessibilidade Não é Inclusão

Scott Rains, srains@oco.net (traduzido por Patricia Ribeiro)



Que tal se, ao invés de nos perguntarmos “Qual é o custo de tornar isso acessível?” nos perguntássemos, “O que há de tão especial nesta situação a ponto de justificar a exclusão?”

Historicamente, a acessibilidade foi o bordão de um movimento político surgido a partir da era dos direitos civis nos anos 1970. A inclusão é sua filha – um objetivo que reflete uma rede globalizada, na qual a liberdade de movimento e a participação integral de todos é algo esperado – e reverenciado enquanto direito.

Economicamente, a inclusão expande o seu mercado. Ela faz sentido como um negócio bem-sucedido. A propaganda convence o consumidor de que ele precisa de seu produto – quer ele precise ou não. Criar um produto que comunique, à primeira vista, a ideia de que é utilizável por um consumidor em potencial faz com que o produto anuncie a si mesmo. Os consumidores que, via de regra, são deixados de lado tendem a demonstrar menos entusiasmo em suas lealdades quando descobrem que uma empresa faz um esforço acima da média para satisfazer suas necessidades. Pense no sorriso de uma criança com deficiência quando, ao perceber que o playground permite que ela seja incluída também, corre para brincar nele. Os consumidores adultos não são muito diferentes!

Enquanto a acessibilidade é passiva – deixa a porta aberta, sem obstáculos no caminho – a inclusão ativamente convida você a entrar e a participar da rede humana além da passagem desimpedida. A acessibilidade vê coisas e espaços. A inclusão vê a vida humana.

A acessibilidade olha para trás. Ela percorre meio caminho na direção de padrões ultrapassados e artificiais a respeito do que – e de quem – é “normal”. A acessibilidade, com frequência, torna-se “mera adequação”, uma obsessão com listas, um receio de que as pessoas com deficiência representem problemas na gestão de riscos. Enquanto desliza de marcha-ré por esse escorregador, a acessibilidade aceita o desempenho no padrão do “menos pior” – e tem

como objetivo apenas o mínimo que possa ser configurado conforme o acordo político da legislação, os regulamentos e a obediência às normas. A acessibilidade estabelece um piso, mas frequentemente parte do pressuposto de que o teto está além do alcance.

A inclusão diz respeito à comunidade

A inclusão olha para a frente. Ela envolve o acolhimento dos recém-chegados por parte daqueles já privilegiados pelo acesso a um bem social em particular. Ela é a resposta hospitaleira – o sinal de uma comunidade saudável.

Enquanto a mera acessibilidade falha ao deixar as crianças com deficiência timidamente às margens de um playground bem-intencionado, a inclusão dá um passo à frente, muitas vezes além do design físico, e educa a comunidade quanto ao potencial do design.

O impacto positivo de um playground sobre uma comunidade pode ser facilmente medido. A inclusão desafia a comunidade a não deixar de medir o impacto do bom design sobre os membros dessa mesma comunidade que costumavam ser excluídos. A inclusão vai além das simples dimensões da infraestrutura física e registra o aumento do capital social, bem como, ao fazer isso, convida novos membros da comunidade a participarem plenamente.

O Instituto para o Design Centrado na Pessoa, em Boston, explica o modo pelo qual o Design Universal (moldado no conceito da inclusão) vai além do simples acesso:

O Design Universal é um framework para o design de espaços, objetos, informação, comunicação e políticas utilizáveis pelo maior número possível de pessoas, operando na mais ampla gama de situações, sem um design especial ou separado. O Design Universal é, simplesmente, o design, centrado na pessoa, de tudo, com todos em mente.

O Design Universal é também chamado Design Inclusivo, Design para Todos e Design para o Ciclo da Vida. Ele não é um estilo, mas sim uma orientação para todo processo de design que parta de uma responsabilidade para com a experiência do usuário.

O Design Universal e o design ecológico são, confortavelmente, dois lados da mesma moeda, mas em diferentes estágios evolucionários. O design ecológico tem seu foco na sustentabilidade ambiental, e o Design Universal na sustentabilidade social (fonte: www.adaptenv.org).

Design Universal não significa “tamanho único”. Um objetivo desses seria impossível. Mesmo no ciclo da vida de uma única pessoa, a estatura, a habilidade e os desejos mudam. Por isso, alguns preferem o termo “Design Inclusivo” para indicar que a inclusão torna socialmente

sustentável a melhor acessibilidade, ao permanecer intensamente engajada na solução de problemas com aqueles em desvantagem quanto ao que passa por normal.

Onde mais, exceto num playground inclusivo, os pais das crianças temporariamente não-deficientes podem aprender a lidar com os inevitáveis arranhões, torções e braços quebrados da infância? Haveria um local de encontro mais natural para esses pais se beneficiarem do conhecimento prático e da resiliência de pais cujos filhos têm deficiência?

E quanto àqueles tentados a justificar a mera acessibilidade devido a fundos insuficientes? Ao argumentar com aqueles que controlam as despesas, responda com os custos de manter áreas de recreação “especiais” separadas, segregadas e estigmatizadas.

Em tempo de eleição, lembre os tomadores de decisões do valor de se ter constituintes (previamente ignorados) com uma lealdade entusiástica. Playground também dá votos.

A acessibilidade é um fazer *para* – uma tarefa do século XX. A inclusão é um fazer *com* – uma visão do século XXI. Qual das duas abordagens torna as comunidades mais fortes?

Scott Rains escreve sobre viagem e outros assuntos de interesse para as pessoas com deficiência. Seu trabalho aparece em muitas publicações e no site RollingRains.com. Ele é o fundador do fórum global sobre turismo inclusivo Tour Watch e trabalha em todo o mundo como um defensor do turismo inclusivo. Seu email é srains@oco.net.